



Autores:

Gisele Marques Carraro Machado - UFMG - giselecarraro156@gmail.com

Isabela Resende Barreto - UFMG - isabelarbarreto@gmail.com

Margarete Maria de Araújo Silva - UFMG - leta123@gmail.com

Tiago Castelo Branco Lourenço - UFMG e Pucminas - tiago@coau.com.br

Resumo:

Este trabalho apresenta o processo de assessoria técnica desenvolvida na Ocupação Vicentão, evento urbano que ocorre no centro da cidade de Belo Horizonte/MG desde janeiro de 2018. Esta assessoria tem ocorrido com profissionais e estudantes de Arquitetura e Urbanismo associados com profissionais e estudantes de outras áreas do conhecimento, como: Ciências Sociais, Direito, Geografia, História e Pedagogia. Serão apresentados os desafios ocorridos durante as discussões de apropriação de um edifício de 10 pavimentos por sem casa e vendedores ambulantes, as interfaces utilizadas para buscar o engajamento de todos os envolvidos com as questões que envolvem a ocupação de um edifício de grande porte dentro de um centro urbano complexo e dinâmico como é Belo Horizonte. Este relato é importante para a reflexão dos processos que ocorrem na Ocupação Vicentão e para outros casos de ocupações de prédios que tem ocorrido em várias cidades brasileiras nas lutas pelo direito à cidade.

“NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA...”

A assessoria técnica e o direito à cidade na Ocupação Vicentão em Belo Horizonte/MG

HISTÓRICO DAS OCUPAÇÕES URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)¹ tem sido palco de diversas ocupações urbanas desde os anos 1990. Durante este período ocorreram ocupações de prédios e terrenos ociosos nas periferias, abrigando um importante contingente de pessoas na conquista da moradia nas cidades da região. A maioria dessas ocupações foi organizada por movimentos sociais, e mesmo as que se formaram por iniciativa dos moradores contam com o apoio desses movimentos². As ações políticas de ocupações urbanas não são fatos

¹ A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é composta por 34 municípios, com uma população de 5.873.841 habitantes, sendo que a cidade polo é Belo Horizonte com uma população de 2.523.794 habitantes, ela é a capital do estado de Minas Gerais. Os 34 municípios, são eles: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

² Ocupação Vila da Fé (Espontânea – Vespasiano[Morro Alto] – 1991, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares e CPT), Ocupação Corumbiara (PCR - Belo Horizonte [Barreiro] - 1996), Ocupação Canto do Rio (Espontânea – Nova Lima [Oswaldo Barbosa Pena] – 1996, posteriormente começou a ser acompanhada pelo MLB), Ocupação Torres Gêmeas (Espontânea - Belo Horizonte [Santa Tereza] – 1996[Início]/2012[Despejo], posteriormente começou a ser acompanhada pela Pastoral de Rua e pelas Brigadas Populares), Ocupação Novo Lajedo (Espontânea – Belo Horizonte [Tupi/Izidora] – 2002, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Caracol (Brigadas Populares – Belo Horizonte [Serra] – 2006[Início]/2007[Despejo] – Edifício abandonado no bairro Serra), Ocupação João de Barro I (Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro – Belo Horizonte [Serra] – 2007[Início]/2007[Despejo] Edifício abandonado no bairro Serra da massa falida da Construtora Encol), Ocupação João de Barro II (Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro – Belo Horizonte [São Luiz] – 2007[Início]/2007[Despejo] Hospital Cardiominas, edifício abandonado no bairro São Luiz na Pampulha), Ocupação João de Barro III (Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro – Belo Horizonte [Santo Agostinho] – 2007[Início]/2007[Despejo] Casa abandonada no bairro Santo Agostinho), Ocupação Irmã Dorothy (MLB - Belo Horizonte [Barreiro] - 2007), Ocupação Corumbiara II (MLB - Belo Horizonte [Barreiro] - 2007), Ocupação Camilo Torres (Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro – Belo Horizonte [Barreiro] – 2008, posteriormente acompanhada pelo Luta Popular), Ocupação Dandara (Brigadas Populares, Fórum de Moradia do Barreiro, MST[Movimento dos Trabalhadores Sem Terra], CPT – Belo Horizonte [Céu Azul/Pampulha] – 2009), Ocupação Irmã Dorothy (Brigadas Populares e Fórum de Moradia do Barreiro – Belo Horizonte [Barreiro] – 2010, posteriormente acompanhada pelo Luta Popular), Ocupação Canaã (Espontânea – Nova Lima [Nova Suíça] – 2011, posteriormente começou a ser acompanhada pelo MLB), Ocupação ZilahSpósito/Helena Greco (MLPM [Movimento de Luta por Moradia] – Belo Horizonte [ZilahSpósito/Izidora] – 2011, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, MLB e CPT), Ocupação Vila Pomar do Cafezal (Espontânea – Belo Horizonte [Serra] – 2012, posteriormente começou a ser acompanhada por um período pelas ASF/Brasil - Arquitetas Sem Fronteiras), Ocupação Novo Paraíso (Espontânea – Belo Horizonte [Palmeiras] – 2012, posteriormente

isolados, mas se inserem numa dinâmica política e social de questionamento das instituições do Estado (CANCLINI, 2008). O Estado de feições tecnocráticas neoliberais já vinha sendo criticado por vários grupos, sendo que a crise de 2008 acirrou esta crítica para setores muito mais amplos da sociedade civil. Este é o caso dos movimentos de luta por moradia na RMBH, que tem nas ocupações urbanas uma dessas manifestações de insatisfação.

É importante entender como o próprio termo *ocupação* é considerado nesse contexto, uma vez que não se trata apenas de uma questão semântica, mas do próprio sentido de legitimidade da mobilização. O embate entre o termo *ocupação* e *invasão* merece ser esclarecido: *invasão* se associa a um ato ilegítimo, hostil, que toma à força um espaço utilizado por outros, desrespeitando não só a lei, mas até as regras tácitas de convívio humano. Já *ocupação* significa dar utilidade a algo, tornar útil um espaço que está sem uso, que não cumpre a sua função social. Assim, o principal argumento das ocupações urbanas é o fato de se tratar de imóveis que estavam vagos, serviam apenas a propósitos especulativos e não cumpriam nenhuma função social, ou seja, uma propriedade privada que não atende aos

começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares CPT), Ocupação Eliana Silva I (MLB – Belo Horizonte [Barreiro] – 2012[Início]/2012[Despejo]), Ocupação Eliana Silva II (MLB – Belo Horizonte [Barreiro] – 2012), Ocupação Nova Cachoeira (Espontânea – São José da Lapa [Cachoeira] – 2012, posteriormente começou a ser acompanhada pelo MLB), Ocupação Vila da Conquista (Espontânea – Belo Horizonte [Havaí] – 2012, posteriormente começou a ser acompanhada pela CPT e pelo MLB), Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá (Brigadas Populares, FTA [Frente Terra e Autonomia] – Contagem [Ressaca] – 2013), Ocupação Rosa Leão (MLPM [Movimento de Luta por Moradia] – Belo Horizonte [Zilah Spósito/Izidora] – 2013, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, MLB e CPT), Ocupação Esperança (Espontânea – Belo Horizonte [Londrina/Izidora] – 2013, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, MLB e CPT), Ocupação Vitória (Espontânea – Belo Horizonte [Baronesa/Izidora] – 2013, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, MLB e CPT), Ocupação William Rosa (Luta Popular – Contagem [Jardim Laguna] – 2013[Início]/2017[Despejo]), Ocupação Povo Brasileiro (Espontânea – Contagem – 2013, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Nelson Mandela (Espontânea – Belo Horizonte [Barreiro] – 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pelo MLB), Ocupação Professor Fábio Alves (Espontânea – Belo Horizonte [Belmonte] – 2014), Ocupação Tomás Balduino (Espontânea – Ribeirão das Neves [Santa Margarida] – 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Primeiro de Maio (Espontânea – Betim [Sítio Poções] – 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares e CPT), Ocupação Dom Tomás Balduino (Espontânea – Betim [Jardim Petrópolis] – 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, Pastoral da Juventude e CPT), Ocupação Shekinah (Espontânea – Betim [Sítio Poções] – 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares, Pastoral da Juventude e CPT), Ocupação Vila Esperança do Calafate (Espontânea – Belo Horizonte [Calafate] – 2014, posteriormente começou a ser acompanhada pela FTA), Ocupação Terra Nossa (Espontânea – Belo Horizonte [Taquaril] – 2014), Ocupação Novo Horizonte (Espontânea – Ribeirão das Neves – 2016, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Paulo Freire (MLB – Belo Horizonte [Barreiro] – 2015), Ocupação Novo São Lucas (Espontânea – Belo Horizonte [Novo São Lucas] – 2015, posteriormente acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia (MNLN [Movimento de Nacional de Luta pela Moradia] CMP [Central de Movimentos Populares] CONAM [Confederação Nacional de Ass. de Moradores] UNIÃO [União Nacional por Moradia Popular] – Belo Horizonte [Centro] – 2015 Edifício do INSS abandonado no Centro), Ocupação Maria Guerreira (Espontânea – Belo Horizonte [Copacabana] – 2016[Início]/2016[Despejo], posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Maria Vitória (Espontânea – Belo Horizonte [Copacabana] – 2016[Início]/2016[Despejo], posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Maria Bonita (Brigadas Populares – Contagem [Bom Jesus] – 2016[Início]/2016[Despejo]), Ocupação Lampião (Espontânea – Belo Horizonte [Ribeiro de Abreu] – 2016, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Candeeiro (Espontânea – Belo Horizonte [Zona Oeste] – 2016, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Irmã Dulce (Espontânea – Ribeirão das Neves – 2016, posteriormente começou a ser acompanhada pelas Brigadas Populares), Ocupação Temer Jamais (MLB – Belo Horizonte [Barreiro] – 2017[Início]/2017[Despejo]), Ocupação Carolina de Jesus (MLB – Belo Horizonte [Funcionários] – 2017 – Edifício abandonado no bairro Funcionários), Ocupação Vicentão (Brigadas Populares, Intersindical, Amabel e Associação Morada de MG – Belo Horizonte [Centro] – 2018 – Edifício abandonado no Centro), Ocupação Fábio Alves (Luta Popular – Belo Horizonte [Vale do Jatobá] – 2018[Início]/2018[Despejo]).

ditames da lei não pode ser protegida por essa mesma lei. Nesse sentido, a ação de ocupação de um imóvel vago por uma população privada do acesso à moradia faz cumprir um direito constitucional (GOMES; CYRINO; SILVA, 2015). Tal ação pode, em determinado momento, se mostrar hostil ou violenta, porém a maior violência não está no processo de ocupação por um grupo de famílias sem casa, mas no próprio fato de existirem nas cidades terrenos que cumprem apenas funções especulativas privadas, impondo a toda a sociedade o ônus de manter uma estrutura urbana ociosa, fomentando o alto preço do solo e impedindo que sejam ofertadas moradias para a população de menor renda. O termo ocupação remete à legitimidade que o ato de ocupar um imóvel urbano proporciona a toda a cidade, muito além dos benefícios imediatos aos ocupantes, sendo assim o conceito mais adequado para designar essas ações e lugares.

A ocupação de prédios era praticada nos anos 2000, sendo que ocorreram algumas promovidas pelas Brigadas Populares³. A primeira foi a Ocupação Caracol, se apropriando de um edifício abandonado no bairro Serra na região sul de Belo Horizonte. Esta foi a primeira experiência dessa organização política e se manteve por menos de dois meses, mas chamou a atenção de outros movimentos sociais críticos em relação à política habitacional de Belo Horizonte. Depois do despejo, em janeiro de 2007, as Brigadas se associaram a outros movimentos de moradia e organizaram a Ocupação João de Barro, em outro edifício abandonado no mesmo bairro. A Ocupação João de Barro foi despejada e se manteve organizada ocupando outros edifícios abandonados durante o ano de 2007 na cidade de Belo Horizonte, até que se desarticulou para ocupações em edifícios e começaram a organizar ocupações em terrenos na periferia da cidade (LOURENÇO, 2018).

Durante as experiências com a Ocupação João de Barro, a estratégia de ocupar edificações vazias (a chamada ocupação vertical) começou a ser revista em favor da ocupação de terrenos com a autoconstrução das moradias (chamada de ocupação horizontal). A motivação para a mudança estava, por um lado, no fato de as famílias que participavam serem provenientes de bairros periféricos e terem pouco interesse em ocupar edifícios na região sul da cidade, fora de suas redes sociais e abrindo mão da habitual casa unifamiliar. Por outro lado, a ocupação horizontal se apresentava como uma estratégia de luta política com maiores possibilidades de resistência à repressão e ao despejo, o que levou ao surgimento de várias ocupações com estas características entre 2008 e 2018.

A partir de 2015 começam a ser retomadas ocupações verticais em edifícios abandonados na região central de Belo Horizonte com a Ocupação Zezeu Ribeiro e Norma

³ As Brigadas Populares se formaram em 2005 a partir de um grupo de estudos marxistas que abrangia algumas universidades de Belo Horizonte, com destaque para a Faculdade de Direito da UFMG. Atualmente, a organização promove ações na RMBH, nos municípios mineiros de Mariana, Itabira, Ipatinga, Timóteo, Divinópolis, Açucena, Formiga e São João Del Rey, bem como, pontualmente, nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e no Distrito Federal. As Brigadas operam tanto a partir das chamadas brigadas territoriais, cujos militantes ajudam na organização do território para o atendimento de demandas locais, quanto a partir das chamadas brigadas especiais, que não se vinculam a um território, mas a temas (como a Brigada Nossa América, que atua na comunicação, e a Brigada Jurídica). A atuação também se dá em Frentes de Trabalho, que agrupam militantes dedicados a demandas específicas, são elas: Antiprisional, Comunicação e Cultura, Formação, Juventude e Reforma Urbana. A organização promove o Encontro de Comunidades de Resistência, que reúne militantes, ativistas sociais, parceiros e outras entidades. A instância máxima de decisão da organização é a Assembleia Brigadista, onde são definidas condutas, alianças, estratégias de luta e linha política. Disponível em: <<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2009/05/brigadas-populares-e-uma-organizacao.html>>. Acesso em: 25 jun. 2014).

Lúcia, em um edifício abandonado de propriedade do INSS no centro da cidade. Ela foi organizada por uma frente de quatro movimentos de luta por moradia com atuação em Belo Horizonte e região: o MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a CMP – Central de Movimentos Populares, a CONAM – Confederação Nacional de Associação de Moradores e a UNIÃO – União Nacional por Moradia Popular. Em setembro de 2017 ocorreu a Ocupação Pátria Livre organizada pelo MTD – Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, por meio da ocupação de um edifício e um galpão no bairro Lagoinha próximo ao centro de Belo Horizonte. No mesmo mês aconteceu a Ocupação Carolina Maria de Jesus num edifício comercial de propriedade de um fundo de pensão dos funcionários da Telebrás no bairro Funcionários na região centro sul da cidade. A Ocupação Carolina Maria de Jesus teve sua posse reintegrada ao proprietário numa negociação com o Governo de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, resultando, nos meses de junho e julho de 2018, no reassentamento dos moradores num outro edifício no centro da cidade, que antigamente abrigava um hotel.

Em 12 de janeiro de 2018 as Brigadas Populares em parceria com outros 3 movimentos sociais: Amabel – Associação dos Moradores de Aluguel da Grande BH, Associação Morada de Minas Gerais e Intersindical Central da Classe Trabalhadora ocuparam um edifício abandonado no centro de Belo Horizonte que antes abrigava a sede do Banco Hércules. Essa ocupação foi batizada de Vicentão, em homenagem a Vicente Gonçalves, advogado popular e ativista social que desde a juventude participou das lutas por moradia na cidade, falecido em 2016 aos 83 anos.

Este artigo irá apresentar o desenvolvimento de uma assessoria técnica⁴ realizada com os moradores da Ocupação Vicentão. Essa assessoria iniciou nos primeiros momentos da ocupação e ainda está em curso, destacando-se pelas atividades de graduação em Arquitetura e Urbanismo da cidade, que tem a Ocupação Vicentão como espaço de formação profissional.

A OCUPAÇÃO VICENTÃO

A ocupação do antigo Banco Hércules começou a ser organizada em 2017, quando foram realizadas várias reuniões com famílias de sem teto e que moravam de aluguel, e trabalhadores ambulantes de Belo Horizonte (SILVA, 2018). Durante o ano de 2017 ocorreram vários embates entre o poder público municipal e os trabalhadores ambulantes que atuavam nas ruas da cidade, esta situação que levou à organização desses trabalhadores para o enfrentamento com o Estado. A Ocupação Vicentão é parte deste processo de organização dos trabalhadores ambulantes da cidade associados a movimentos de luta por moradia.

A partir da ocupação do prédio, começou a organização interna para facilitar a gestão de assuntos de interesse coletivo, o engajamento dos moradores e a constituição de uma rede

⁴ A assessoria técnica tem como princípios valorizar a autonomia dos sujeitos envolvidos na ocupação, buscar a capacitação técnica e a formação política de todos, a valorização dos aspectos coletivos que envolvem a conquista da moradia (mesmo quando se discute as questões individuais), buscar uma relação horizontal entre todos os envolvidos sem a sobreposição do conhecimento técnico e os saberes dos moradores.

de apoio, envolvendo profissionais de vários campos do conhecimento. Para essa organização interna, foram criadas as seguintes comissões: segurança, limpeza, cozinha e creche (SILVA, 2018). Estas comissões foram importantes para nortear as ações da assessoria técnica.

Figura 1: Porta de Acesso à Ocupação Vicentão, na Rua Espírito Santo, 461 – Centro/BH



Fonte: acervo próprio

O edifício ocupado é constituído por dez pavimentos e um subsolo. No processo de ocupação, a limpeza e retirada do entulho acumulado por quase uma década e a apropriação paulatina do espaço permitiram aos moradores maior conhecimento e entendimento das características e particularidades do edifício, levando-os a decisões que conformaram espacialmente a Ocupação, em sua fase inicial: o subsolo, o térreo e a sobreloja, bem como o sexto pavimento foram destinados ao uso comum, abrigando uma creche, cursinho pré-vestibular, cozinha e lavanderia coletivas, e um espaço para a constituição posterior de um shopping popular. Além de reforçar o necessário sentido de coletividade para a resistência e consolidação da Ocupação, a destinação dessas áreas ao uso comum decorreu da maior dificuldade de compartimentação desses pavimentos em unidades individuais e, no caso do sexto andar, à sua condição de terraço com áreas gramadas em no hipercentro de Belo Horizonte, caracterizado pela alta densidade construtiva e baixíssima permeabilidade. Garantiu-se assim, o uso coletivo para as áreas com atributos importantes para a qualidade de vida no edifício.

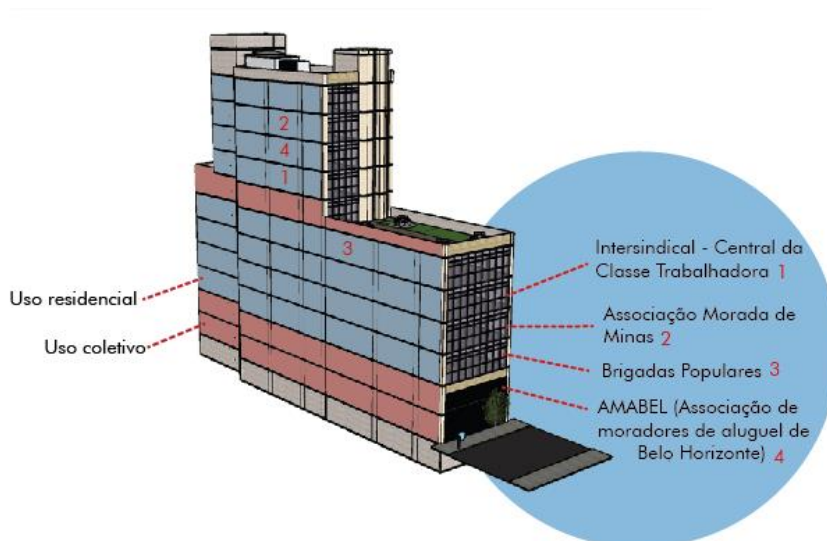
Nos primeiros meses da ocupação, devido à dificuldade de conduzir água e energia elétrica a todos os pavimentos, foram ocupados com moradias apenas os pavimentos a partir do mezanino até o quarto andar. O acordo coletivo vinculou cada pavimento a um dos movimentos sociais envolvidos com a ocupação: no mezanino ficaram as famílias vinculadas à Amabel, no 2º pavimento as vinculadas às Brigadas Populares, no 3º pavimento à Associação Morada de Minas e no 4º pavimento à Intersindical

No pavimento térreo foi instalada uma cozinha coletiva para prover as refeições dos moradores da ocupação, sendo que eles próprios assumiram a condução deste equipamento

e cada movimento assumia a preparação dos alimentos, em regime de revezamento. Nos andares ocupados com as moradias, cada família se estabeleceu em uma pequena área e para a individualização de sua unidade habitacional improvisaram diferentes soluções para construir as divisórias: lonas, painéis de compensado, barracas e, posteriormente, os perfis metálicos que conformavam o forro do próprio prédio, foram removidos e reutilizados como painéis para divisão das unidades.

Durante o ano de 2018 ocorreram várias negociações com o poder público municipal e estadual para a permanência das famílias no imóvel ocupado, com destaque para a questão da energia elétrica que se mostrou crítica. O prédio havia sido saqueado em outros momentos e teve toda a sua instalação de eletricidade retirada. Foi necessária a organização dos moradores para a instalação de uma nova rede assegurando o fornecimento de energia nos pavimentos, o que permitiu o avanço do processo de ocupação do edifício e o desenvolvimento da assessoria técnica.

Figura 2: Perspectiva esquemática do edifício da Ocupação Vicentão com a distribuição dos usos propostos com a ocupação, em vermelho os pavimentos de uso comum, em azul os pavimentos com moradia



Fonte: Acervo próprio

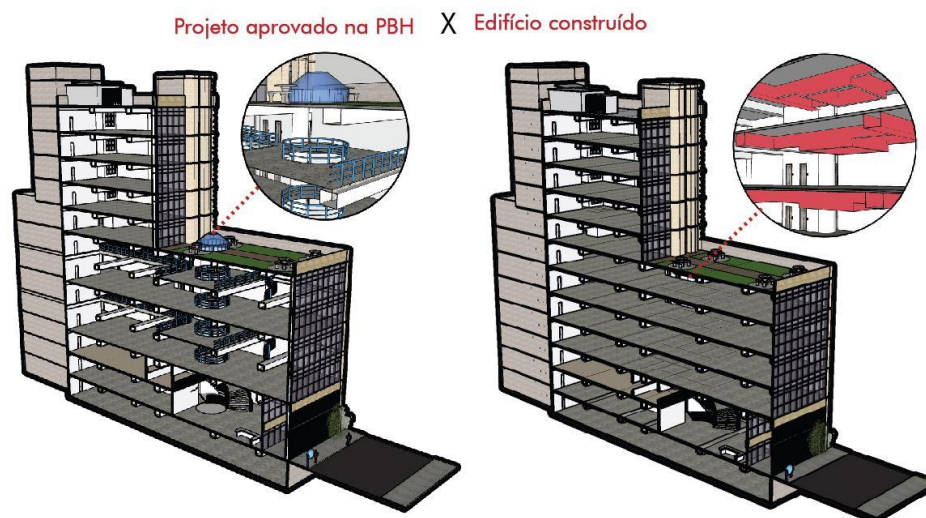
OS CAMINHOS DA ASSESSORIA TÉCNICA

Como ponto de partida para a realização da assessoria técnica e suas posteriores intervenções foi levantado junto aos órgãos do poder público municipal informações técnicas disponíveis nos seus arquivos sobre o prédio ocupado. O projeto arquitetônico aprovado na prefeitura de Belo Horizonte no início dos anos 80, ocasião em que foi projetado e construído, apresentou grandes diferenças em relação ao edifício ocupado em janeiro de 2018. Esta constatação foi importante para a próxima atividade desenvolvida na assessoria técnica, agora com o apoio de vários graduandos de arquitetura e urbanismo que realizaram o levantamento dos pavimentos do prédio para conferir e comparar as informações contidas no projeto arquitetônico aprovado pela prefeitura de Belo Horizonte e o que estava construído.

No projeto aprovado estava prevista uma claraboia no sexto pavimento (terraço jardim), que era coincidente com aberturas nos andares inferiores do edifício, servindo como um artifício para garantir a iluminação e ventilação destes pavimentos. Além disso, o projeto previa o recuo da laje de piso da sobreloja, do 2º, 4º e 6º pavimentos. A claraboia não foi executada e o recuo só respeitado na sobreloja e no 6º pavimento. O 2º e 4º pavimentos estenderam-se até à fachada frontal, resultando em andares extensos, pouco iluminados e sem ventilação, já que a edificação foi construída nos limites do terreno com aberturas somente nas fachadas frontal e posterior do volume arquitetônico.

O levantamento permitiu uma maior compreensão do prédio e avaliação das demandas mais urgentes para seu uso como moradia.

Figura 3: Modelo comparativo do edifício de acordo com o projeto aprovado na Prefeitura de Belo Horizonte ao que foi de fato construído.



Fonte: Acervo próprio

Figura 4: Edifício da Ocupação Vicentão e seu entorno imediato. É possível verificar nesta imagem as empenas cegas geradas com a construção do prédio nos limites do lote



Fonte: Acervo próprio

Após o levantamento do edifício, foram formadas frentes de trabalho para conduzir um mutirão com ações coletivas imediatas, sendo elas: a instalação de uma pia na cozinha coletiva, com instalação das redes de abastecimento de água e esgotamento de águas servidas, a construção de mobiliário para a biblioteca e aberturas de vãos nos painéis divisórios para a creche no térreo, a remoção do carpete no térreo e a retirada do forro metálico para elucidação do sistema estrutural do edifício, identificando a localização dos pilares e vigas, além da análise das condições da instalação elétrica remanescente.

As ações foram viabilizadas financeiramente por um bazar realizado pelos membros dos coletivos de arquitetura na ocupação e nas dependências da Escola de Arquitetura da UFMG, de onde eram provenientes boa parte dos graduandos em arquitetura e urbanismo que participavam das atividades da assessoria técnica. O mutirão para realização das ações apontadas acima aconteceu durante um final de semana no mês de abril de 2018, quando a ocupação completava três meses.

Figura 5: Entrega da creche do pavimento térreo realizada no mutirão em abril de 2018



Fonte: Acervo próprio

Após essa etapa do mutirão foram realizadas oficinas com os moradores de cada pavimento para discussão das unidades habitacionais. As reuniões aconteciam semanalmente, e como suporte a elas foram utilizados desenhos, maquetes e uma marcação nos pisos com a área e o formato de cada unidade estudada com os participantes das oficinas. Diferentes questões foram abordadas para a definição dos apartamentos: nestas oficinas é que foram definidos quais andares seriam ocupados com moradia e quais seriam de uso comum, o número de famílias por pavimento, espaços de uso coletivo por pavimento, possibilidades de materiais para construção das paredes de cada unidade, dentre outros assuntos, como as instalações elétricas e hidráulicas.

Como a transformação do edifício em moradia exige mudanças significativas, que requerem um aporte financeiro ainda não disponível, era necessário pensar as unidades habitacionais estabelecendo uma lógica de organização dos andares de forma a acomodar as famílias provisoriamente e viabilizar soluções para o abastecimento de água, esgoto, prevenção de incêndio e iluminação do edifício.

Figura 6: Oficina com moradores da Ocupação para discutir as unidades habitacionais, utilizando plantas e uma maquete do edifício.

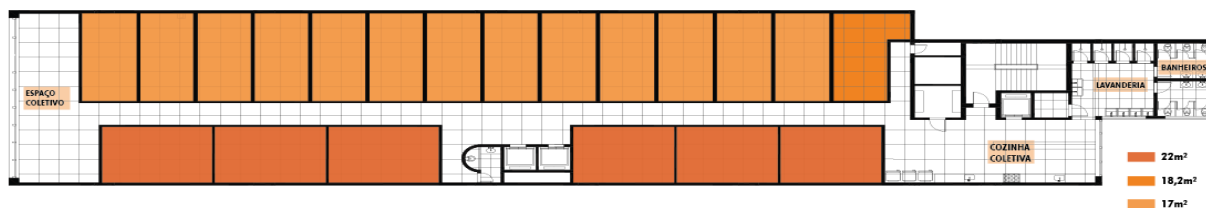


Fonte: Acervo próprio

Nas oficinas os moradores indicavam suas preferências e posturas quanto a moradia, sendo que o consenso era um apartamento com sala, cozinha e dois quartos. No entanto, como a expectativa é que morassem entre 15 a 20 famílias por pavimento, os moradores concordaram que uma solução viável durante os primeiros anos até à desejada regularização da Ocupação seria a cozinha coletiva em cada andar. Isso evitaria o uso de material inflamável dentro dos apartamentos, além de dispensar a complexa e onerosa instalação de prumadas hidráulicas em número suficiente para atendimento de todas as novas pias nas cozinhas individualizadas. Os banheiros, lavanderias e espaços para convivência também seriam de uso comum. Dado à natureza do edifício, as soluções compartilhadas mostraram-se também como uma possibilidade de fortalecimento dos vínculos comunitários entre os moradores.

Na primeira reunião a participação dos moradores foi pequena, sendo que as ideias e propostas partiram de lideranças da ocupação e dos arquitetos. Inicialmente, o plano era ocupar o edifício com moradias até o 4º pavimento, tendo em vista que as condições de abastecimento de água, esgoto e luz ainda estavam precárias. A distribuição das 80 famílias nos 4 andares resultaria em 20 famílias morando em cada um deles. A definição do espaço de circulação e das áreas coletivas foram o ponto de partida para se pensar na organização dos espaços individuais, e com isso, a divisão do andar em 20 unidades com o mesmo tamanho gerando apartamentos de 17 m² (ver Figura 7).

Figura 7: Primeira proposta de divisão dos andares, abrangendo 20 apartamentos com áreas de 17 a 22 m².

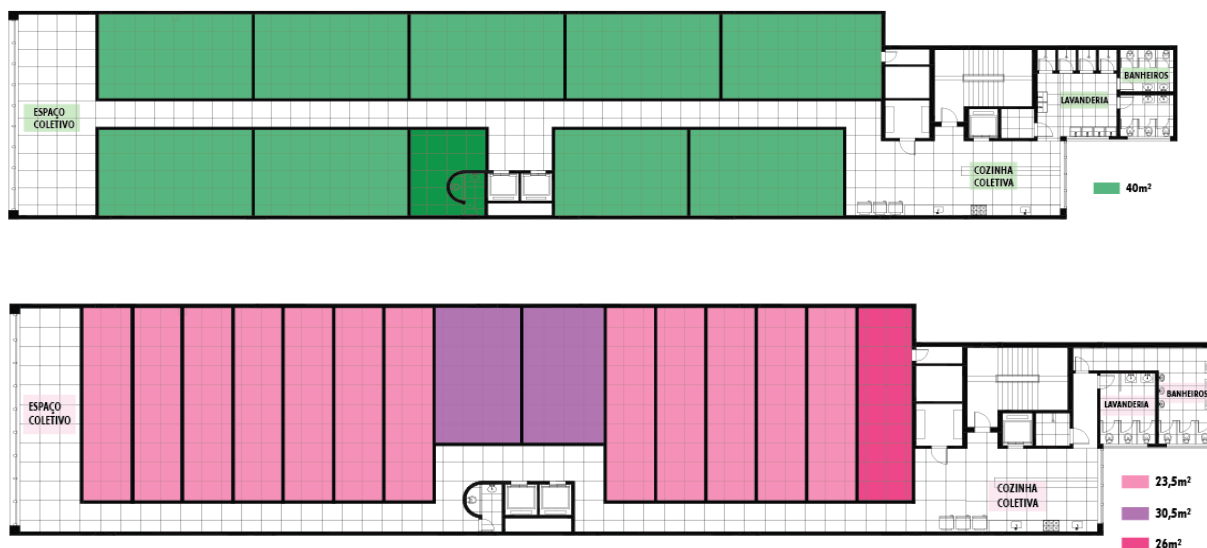


Fonte: acervo próprio

Em vista de mobilizar os moradores para as reuniões seguintes, foi demarcada no piso do pavimento térreo a unidade discutida em reunião, para que um maior número de moradores pudesse avaliar a solução. Além disso, a proposta foi desenvolvida na maquete do prédio e apresentada numa assembleia, evento que acontece semanalmente na ocupação. Muitos demonstraram insatisfação com o tamanho dos apartamentos, de 17 m² cada, pensando que não seria confortável morar nesse espaço, principalmente se fossem famílias maiores. Ao pensar que esse já seria o projeto definitivo, começaram a contestar as decisões tomadas na primeira reunião. Apesar da situação ser provisória, é preciso levar em conta a qualidade de vida dessas famílias, uma vez que o processo para a consolidação da moradia no edifício pode se estender por alguns anos, considerando o exemplo de ocupações mais antigas na cidade. A intenção de levar a maquete com as divisórias discutidas era incentivar as pessoas a se engajarem nas oficinas de discussão do projeto de arquitetura para os apartamentos.

À medida que as reuniões aconteciam, as discussões avançavam e as propostas de configuração de cada pavimento foram se ajustando, sendo incorporados novos elementos trazidos pelos moradores e pelos movimentos sociais. Como a proposta de ocupar apenas os quatro andares com 20 famílias não foi aprovada em assembleia, discutiu-se a possibilidade de ocupar os outros andares, o que poderia fortalecer a luta pela resistência no prédio. Assim, as unidades habitacionais propostas passaram a ter uma área maior, dependendo da configuração do pavimento, variando de 25 a 40 m² (ver Figura 7). Também se discutiu possibilidade de ampliação desses espaços por meio da construção de um mezanino acima de cada apartamento, aproveitando o pé direito avantajado dos andares.

Figura 8: Novas propostas de divisão para o edifício, com 10 e 15 apartamentos por andar respectivamente.



Fonte: Acervo próprio

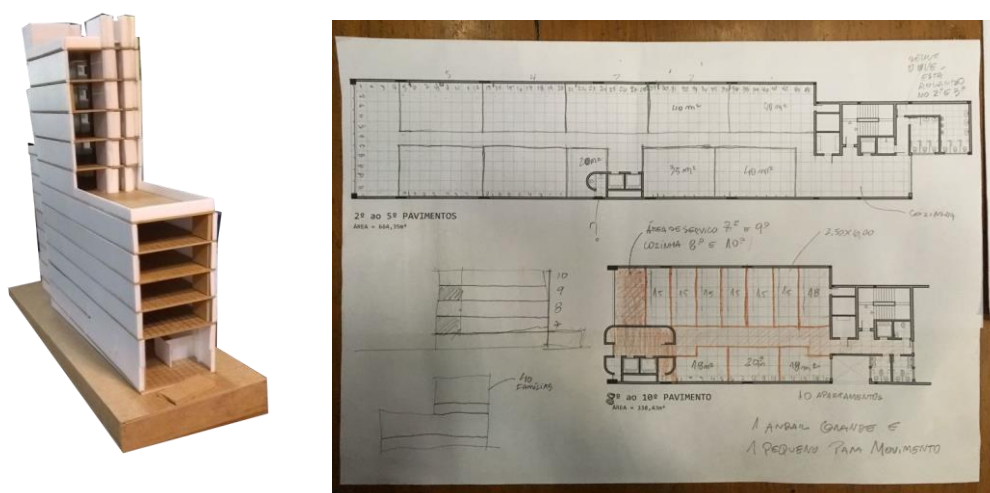
Em paralelo com as oficinas, os moradores começaram a dividir os andares de forma provisória. Ao observar que as soluções apontavam possibilidades de apropriação dos andares que não estavam sendo expressas dentro das discussões nas oficinas, o grupo de arquitetos envolvidos com a assessoria técnica decidiu fazer um levantamento de como os pavimentos estavam sendo divididos pelas famílias, para avaliar a qualidade dos espaços gerados. Na apropriação espontânea dos andares destacou-se o corredor largo entre as unidades habitacionais, este não sendo somente uma área de circulação, como indicavam as propostas nas oficinas, mas também um espaço de permanência e convívio entre os moradores. Por meio desse levantamento também foi observado que os moradores têm aproveitado os forros metálicos ao longo dos andares para construir as divisórias, com soluções construtivas diversas. O uso dos forros é vantajoso, por ser um material disponível no edifício, que será retirado quando as divisórias definitivas forem construídas, além de menos inflamáveis se comparados às divisórias de madeira.

MAQUETE COMO INTERFACE PARA DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS

Durante as oficinas realizadas em cada pavimento, foi observado que os moradores não participavam plenamente expondo suas ideias, sendo que a maioria das propostas partiam dos arquitetos ou das lideranças dos movimentos. Nas oficinas foram utilizadas plantas dos pavimentos com uma malha quadriculada para que os moradores pudessem desenhar as propostas, mas isso não ocorreu. Uma hipótese seria o fato de as plantas técnicas apresentarem uma linguagem codificada, que nem sempre é de fácil

compreensão por todas as pessoas. Também foi desenvolvida uma maquete do edifício na escala de 1:100, que foi importante para a compreensão do edifício como um sistema (ver figura 9). No entanto, a sua escala dificultava a manipulação e a representação das propostas em tempo real, além de impossibilitar o uso de móveis para testar a qualidade dos espaços gerados.

Figura 9: Maquete do edifício na escala de 1/100 e plantas dos pavimentos, que serviram como suporte às oficinas.



Fonte: Acervo próprio

A busca pelo envolvimento dos moradores no processo de discussão com maior efetividade levou a equipe a desenvolver uma maquete do andar tipo numa escala maior com mobiliário tridimensional, servindo como uma interface que pudesse ser manipulada para se propor diferentes soluções de divisão dos andares entre os moradores, antes de sua construção definitiva (Ver figura 10). A maquete foi construída na escala de 1:33, com a laje e as paredes fixas do andar em MDF, e foi dividida em 3 partes para facilitar seu transporte. A base é composta por uma malha quadriculada em papel EVA sobre uma chapa de MDF, com sulcos espaçados em módulos de 60 cm, para encaixe das paredes. As dimensões modulares da quadrícula visam sua adequação a vários produtos disponíveis no mercado, como tijolos, blocos, esquadrias padronizadas etc. Junto à maquete do andar havia tiras de papel EVA representando paredes e lajes, além de peças de mobiliário tridimensionais para auxiliar na compreensão das dimensões dos espaços criados. No kit há uma trena que serve como um dispositivo que associa a maquete ao espaço real, e para isso foram marcados nela intervalos de 60 em 60 cm, equivalentes à medida de um módulo da base da maquete. Foi construída uma caixa para reunir seus elementos, que continha um suporte desmontável para apoiar a base do andar ao ser montada. Ao finalizar a maquete, ela foi apresentada em uma das assembleias, na qual foi proposto que ficasse em cada pavimento durante uma semana, a fim de que as propostas fossem discutidas, registradas, e avaliadas posteriormente. A intenção

era que a partir desse dispositivo os moradores tivessem maior autonomia para discutir o edifício sem a necessidade de mediação de outras pessoas.

A partir desta estratégia, os moradores discutiam entre si e enviavam pelas redes sociais as soluções discutidas aos assessores técnicos para avaliação, registro e compatibilização entre os demais aspectos envolvidos na apropriação do edifício, como as instalações hidráulico sanitárias e elétricas.

Figura 10: Maquete manipulável do andar tipo e registro do seu uso pelos moradores.



Fonte: Acervo próprio

As oficinas e a utilização da maquete manipulável que aconteceram no primeiro semestre de 2018 promoveram discussões sobre as possíveis configurações de moradia na Ocupação, tendo em vista as condições do edifício. A existência de conflitos internos, a alta concentração de famílias por andar e a necessidade de fortalecer a resistência na ocupação colocou em pauta a urgência em expandir as moradias para os andares superiores.

Diante disso, um grupo de mulheres que morava no segundo andar se organizou e decidiu mudar para o quinto andar, pensando na sua configuração de forma mais definitiva. Para isso, utilizaram a maquete manipulável para testar as possibilidades de divisão do pavimento, considerando as demandas das famílias. As discussões foram promovidas pelas moradoras, que foram registrando as propostas na maquete e enviando fotos aos envolvidos, por meio das redes sociais (ver Figura 11). O andar foi dividido de forma que as 10 unidades tivessem o mesmo tamanho, deixando um espaço de circulação bastante generoso que tem se prestado à convivência dos moradores, brincadeiras das crianças e secagem de roupas.

Figura 11: Proposta das moradoras do quinto andar, registrada na maquete.



Fonte: Acervo próprio

A ocupação dos outros pavimentos ocorreu de forma espontânea, a partir de negociações entre os moradores e os movimentos sociais ao longo dos meses, mas no quinto andar o processo foi diferente, e representou uma experiência de planejar o espaço antes da sua construção, que se assemelha à prática dos arquitetos. À exemplo desta iniciativa, outros moradores começaram a ocupar os demais andares.

A assessoria técnica na Ocupação prosseguiu a partir da discussão sobre a adaptação do edifício para moradia, buscando dispositivos que possibilitassem maior autonomia dos moradores na tomada de decisões. Esperava-se que a maquete manipulável fosse manuseada por todos os andares, resultando em um maior engajamento dos moradores no processo. No entanto, após permanecer por algumas semanas no quinto andar, até que a divisão planejada pelas moradoras fosse de fato construída, as reuniões com os demais andares não prosseguiram. Uma hipótese para isso ter acontecido foi a possível relação de cautela estabelecida com a maquete, que poderia ser vista como um dispositivo complexo, o qual deveria ser utilizado com cuidado e guardado em segurança para evitar que fosse danificada. A intenção era que não houvesse reserva no uso da mesma, porém, o receio dos moradores no seu uso levou a sua ínfima utilização.

Outro fator que pode ter contribuído para isso é a própria desmobilização dos moradores que, ao pensar que após a primeira rodada das oficinas um projeto definitivo seria desenvolvido pelos arquitetos, não prosseguiram com as discussões por andar. Essa, entretanto, não era a intenção. O intuito era prosseguir e aprofundar a conversa, para que fosse desenvolvido um projeto coletivamente e de maneira colaborativa. É importante ressaltar que apesar do conhecimento técnico dos assessores, eles não viveriam na ocupação, sendo imprescindível que os moradores fossem preponderantes nas decisões. Nesse sentido, as primeiras oficinas serviram como ponto de partida para compreender o edifício, discutir as demandas das famílias e permitir que os conflitos aflorassem, pois só assim seria possível

aprofundar a discussão e desenvolver as propostas coletivamente. A partir delas pretendia-se provocar o engajamento das pessoas, para que elas também pudessem entender seu papel insubstituível nas discussões de como continuar ocupando o prédio.

As oficinas revelaram algumas relações estabelecidas na ocupação, entre os moradores, os movimentos sociais e a assessoria técnica, com arquitetos e estudantes. Os instrumentos utilizados nas primeiras reuniões são usuais na prática convencional da arquitetura, que valoriza o produto em detrimento do processo, resultando assim em uma atuação passiva por parte dos moradores, que escutavam as colocações dos arquitetos e dos movimentos sociais, observando o que era proposto. A assessoria técnica, por sua vez, adotou uma posição ativa, falando na maior parte do tempo, expondo suas opiniões e ponderações sobre o projeto. Os movimentos sociais atuaram como interlocutores das pessoas que ocupavam o prédio no cotidiano, na medida em que estabeleciam condições para a divisão dos andares, frequentemente se antecipando às decisões dos moradores.

Figura 12: Reunião de apresentação da maquete colaborativa aos moradores.



Fonte: Acervo próprio

NOVAS TENTATIVAS E REFLEXÕES DE ACESSORAMENTO TÉCNICO

No decorrer do processo de assessoria técnica foi proposto por um dos moradores a construção de apartamentos protótipos na escala real, a fim de que os espaços gerados pela divisão dos andares pudessem ser avaliados pelas famílias, bem como as técnicas construtivas que poderiam ser aplicadas. Também foram feitos estudos para melhoria do conforto ambiental do edifício que, como já dito, apresenta poucas aberturas para a área externa, condição resultante da supressão da claraboia e do recuo dos 2º e 4º pavimentos. Enquanto edifício comercial, a iluminação e ventilação naturais foram substituídas pelo funcionamento contínuo dos sistemas artificiais de condicionamento do ar e iluminação. Sua adequação ao uso residencial requer, portanto, adaptações. Assim, a partir da mobilização dos estudantes de arquitetura, foram tomadas as providências necessárias para tornar possível a construção.

Foram feitos estudos comparativos com soluções diversas, planejamento para contabilizar os custos com a intervenção e, para arrecadar os recursos necessários para viabilização das obras, organizou-se novamente um bazar na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG.

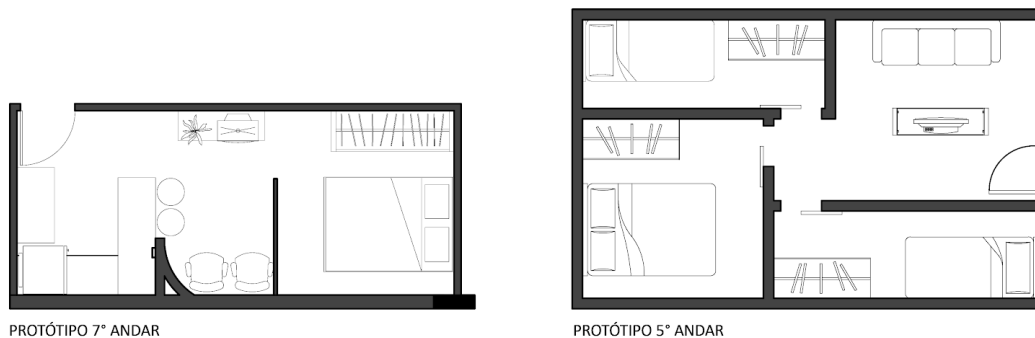
Figura 13: Discussão do protótipo maior no quinto andar, a partir da maquete.



Fonte: Acervo próprio

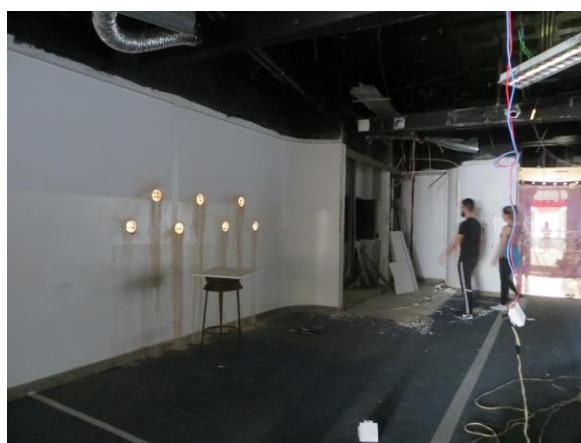
As propostas para os apartamentos protótipos foram desenvolvidas junto com os moradores, por meio de discussões utilizando a maquete manipulável. Após avaliar os espaços vazios nos pavimentos, e com o intuito de experimentar a construção de unidades que atendessem a famílias grandes e pequenas, optou-se por desenvolver dois projetos de apartamentos: um com 30 m² de área no quinto andar e outro com 17 m² no sétimo. O projeto para as aberturas foi pensado para esses apartamentos também, que foram feitas a partir de furos circulares nas fachadas laterais. As discussões realizadas com os moradores geraram uma configuração para o 5° e 7° andar, onde caberiam 12 e 5 famílias, respectivamente. No protótipo do 5° andar foi projetada uma estrutura para abrigar um mezanino, que ocuparia parte superior de um cômodo, e seria acessado por uma escada, aumentando o número de quartos na unidade habitacional.

Figura 14: Plantas dos protótipos de apartamento do 7° e 5° andar.



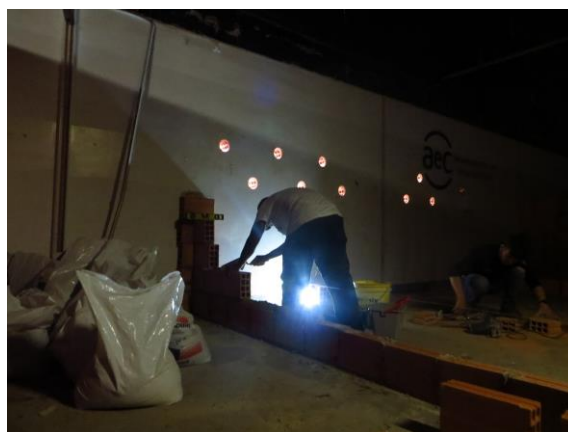
Fonte: Acervo dos estudantes de graduação da UFMG.

Figura 15: Aberturas circulares na fachada lateral do prédio.



Fonte: Acervo próprio

Figura 16: Construção do apartamento protótipo.



Fonte: Acervo próprio

A construção dos protótipos tem permitido à assessoria técnica, movimentos sociais e moradores avaliarem os custos de produção das divisões dos pavimentos e apresentado novos desafios de como se organizar para dar prosseguimento ao processo de apropriação do edifício ocupado. Novas possibilidades têm sido visualizadas como a formação de uma cooperativa de construtores e instrutores para uma escola de construção entre os moradores que já são profissionais da construção civil e aqueles que gostariam de praticar outra atividade profissional. Novas pedras e possibilidades de superá-las surgem pelo caminho...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título deste artigo relembra o poema de Carlos Drummond de Andrade “No meio do caminho” para construir este relato da experiência de assessoria técnica na Ocupação Vicentão em Belo Horizonte. O poema de Drummond é em alguns aspectos pessimista, porém, ele aponta que para o exercício de uma assessoria técnica é necessário estar atento a inúmeros desafios que advêm de uma postura que valoriza a autonomia dos sujeitos envolvidos nesta relação de produção social do espaço. O direito à cidade não é algo dado, prescrito, ele é um processo que se constrói no cotidiano, no caso da Ocupação Vicentão na conquista do direito de morar e usufruir do centro de Belo Horizonte.

As pedras que surgem no meio do caminho desta assessoria técnica podem paralisar processos de conquista do direito à cidade, ou ser uma oportunidade de superação para pensar novas estratégias de resistência para prosseguir nas conquistas durante a produção daquele espaço.

Compartilhar estas experiências são importantes para a construção de um repertório na qual o arquiteto e urbanista, assim como outros profissionais especializados na produção do espaço, possam refletir acerca de suas práticas e observar que a diversidade espacial é uma virtude que deve ser valorizada.

No meio do caminho tinha uma pedra...

REFERÊNCIAS

Andrade, Carlos Drummond. *Alguma poesia*. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2013.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces. IV Enanparq, 2016.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e Cidadãos. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GOMES, Luiza Lemos; CYRINO, Tarcísio da Silva; SILVA, Viviane Zerlotini da. O que todo cidadão deveria saber sobre as ocupações urbanas: um breve estudo da Região da Izidora. XVI Enanpur, 2015.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Ocupações urbanas em Belo Horizonte: conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017, p.183-216.

SILVA, E. P. Entrevista Elismar Pereira da Silva. 19 set. 2018. Entrevista concedida a Isabela Resende Barreto e Luna Lyra.